



O manual do guerrilheiro: práticas e normas da vida clandestina no Recife em tempos de Ditadura Militar

Roberto Diego de Lima¹

Resumo

Durante o regime Civil-militar brasileiro (1964-1985) sempre houve um embate entre as forças de repressão e os movimentos de esquerda que brigavam pelo direito de protestar e expor suas opiniões políticas. Na história desse embate temos no ano de 1968 um divisor de águas na relação dessas forças antagônicas, pois com o advento do AI-5 o ato de protestar foi colocando na clandestinidade. A partir desse momento o vácuo deixado pela oposição legal vai ser ocupado pela oposição armada, e as guerrilhas urbanas se tornam o caminho para aqueles que desejavam continuar a lutar contra o regime. Na história da esquerda armada nos anos de ditadura, temos na cidade do Recife um foco muito importante nas ações desses grupos revolucionários. Partido disso, esse trabalho, que faz parte de uma pesquisa sobre a atuação dessas forças revolucionárias na cidade do Recife, irá trabalhar os reflexos nesses grupos dos modelos repressores de vigilância que se instalaram no país, a partir de documentos da própria esquerda e de ordem estatal.

Palavras chave: Vigilância, Controle Social, Resistência, Esquerda.

Introdução:

A partir de 1^a de abril de 1964 se instaura no Brasil um estado de exceção, esse que durante um período de 21 anos exerceu uma política autoritária onde o controle da sociedade era uma das características mais marcantes desse regime, tendo como principal objetivo o impedimento da crítica em relação ao governo. Nesse período de Ditadura Civil-militar houve a diminuição da democracia e recenseamento dos direitos políticos e civis, onde aqueles que estavam no poder usaram de todos os meios possíveis para silenciar a voz dos que discordavam. Por maior que tenha sido os esforços por parte do governo, a militância no período de ditadura nunca deixou de existir sendo um embate entre essas duas forças (repressão versus esquerda militante), uma das principais características do período.

1. CONTROLE E OPRESSÃO: A POLÍTICA DA VIGILÂNCIA

¹ Aluno de graduação em História da Universidade de Pernambuco e pesquisador do Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina (GEHSCAL). E-mail: freak_show@oi.com.br



Ao analisarmos a política de controle da sociedade exercido pelo governo civil-militar, temos no que foi intitulado “*Política de Segurança Nacional*” o principal fator para tal, essa que é fruto da influencia dos EUA no território brasileiro no período pós segunda guerra mundial. Nesse período costumeiramente chamado de Guerra Fria vemos a ascendência de dois países ao nível de maiores potencias mundiais que foram os EUA e a URSS. Durante a Guerra Fria essas duas potencias travam um intenso embate na corrida da busca por influências territoriais, resultante do conflito ideológico entre capitalismo e socialismos representando por esses dois países.

Como classifica Eric Hobsbawm em seu livro “*A Era dos Extremos*” o século XX é marcado pela existência do socialismo, pelo confronto contra o capitalismo. Assim na briga por áreas de influência entre EUA e URSS, a uma disputa propagandista dos seus respectivos regimes, onde cada qual defendia o seu como o melhor para o mundo.

Nesse contexto o Brasil no final da década de 40 é mais um dos países que iram formar o bloco capitalista junto aos EUA, e assim partilhar da política de combate à ameaça comunista. Assim os EUA elaboram um projeto para toda a América latina, que visaria, livrar os países americanos do perigo da “*ameaça vermelha*”, onde esse estaria rondando a região americana e poderia vir a desencadear uma série de acontecimentos semelhantes à Revolução Cubana que representariam uma perda na guerra ideológica contra URSS.

Dentro dessa política o Brasil desenvolve o “*Plano de Segurança Nacional*”, que apoiado pela Escola Superior de Guerra (ESG) será à base da política de controle social e repressão usada mais tarde pelos militares pós 64. A ESG foi o primeiro passo para a criação de uma rede de informações que ajudaria a máquina repressiva do governo militar em sua política de luta contra a “*ameaça vermelha*”.

Em 20 de agosto de 1949, sob a inspiração do marechal Cesar Obino e com destaque e eficiência do general Cordeiro Farias, é criada a ESG, à semelhança do Nacional War College nos EUA, inclusive com auxilio de uma missão militar, que deu orientação por 12 anos, garantido a futura rede de informações composta pelos órgãos de segurança e informação das Forças Armadas, Policia Federal e da policia política – os DOPS estaduais. (SILVA, 2007: 24)

Já no período pós golpe militar o Projeto de Segurança nacional ira ser usado como justificativa no combate à esquerda, pois para o governo essa representava a ameaça comunista que colocava em periga a soberania e ordem nacional, onde



qualquer pessoa de opiniões contrária ao do governo era considerado um criminoso e causador da desordem. Um dos mecanismos usados pelo governo para colocar em prática esse plano, foi a Lei de Segurança Nacional que através do decreto lei 314 de 13 de março de 1967, transformava em legislação a doutrina de Segurança Nacional, que era fundamento do Estado após o Golpe militar de 1964. A função dessa lei era garantir a segurança nacional de um estado contra a subversão da lei e da ordem.

LSN visava à defesa contra o tipo de guerra interna que supostamente ameaçara o Brasil durante o governo Goulart. Novas penalidades eram previstas agora para os responsáveis por guerras psicológicas ou para promotores de greves que pusessem em risco o governo federal. (SKIDMORE, 2004: 120)

Apoiado tecnicamente pela ESG e legislativamente pela LSN o governo militar ira difundir em meio à população o medo contra os “*subversivos*”, que eram todos aqueles que discordavam e de alguma forma procuravam protestar contra o governo autoritário. É nesse momento que será colocada em prática uma feroz campanha anti-comunista pelos militares, na qual essas pessoas seriam responsáveis pela desordem, pelo caos, eram pessoas promiscuas, viciados em drogas, anticristos, matadores de crianças, ou seja, o governo procurou todas as atitudes comportamentais que a sociedade conservadora da época repudiava, para atribuir aos seus inimigos, que eram todos aqueles que criticavam o regime, onde o objetivo claro dessa propaganda era conseguir o apoio da população no extermínio da esquerda no Brasil.

Nesse momento o governo atribui à população o papel de ajudar no combate contra a subversão, onde cada cidadão é um agente do regime e deve a menor movimentação suspeita denunciar as autoridades, tornando isso um dever cívico, pois sua omissão de uma atitude “*suspeita*” o colocaria no mesmo patamar dos “*terroristas comunistas*”.

O funcionamento dessa máquina de controle através da vigilância da sociedade pelo governo com o apoio e contribuição da população fez com que aqueles que pretendia agir contra o regime se sentissem vigiados por todos os lados, diminuindo suas ações e aumentando seus cuidados. Partindo dessa estrutura criado pelo governo militar onde todos eram vigilantes e vigiados, podemos fazer uma ligação com o modelo Panóptico de Jeremy Bentham, que corresponde a uma



estrutura física que poderia ser usada em penitenciárias, manicômios outras estância de poder para uma melhor vigilância, e consistia:

Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permite que a luz atravesse as de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. (FOUCAULT, 2002: 165)

Esse modelo de Bentham é inovador, pois o seu desenho permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados, o que constrói um estado de vigilância constante na mentalidade dos prisioneiros, sendo esse o ponto de semelhança com a política exercida pelo governo militar brasileiro.

Daí o efeito mais importante do Panóptico: Induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder que eles mesmos são os portadores. (FOUCAULT, 2002: 166)

Para exemplificar a existência de um modelo Panoptico no período de ditadura no Brasil iremos nos apoiar em documentos da esquerda clandestina na cidade do Recife. Após um ano de 68 e a promulgação do AI-5, os espaços para uma militância legal foram fechados, o que corroborou para um aumento efetivo das organizações de esquerda armada pois como disse Thomas Skidmore. *“O silêncio forçado da oposição legal criou um vácuo que a oposição armada tentou ocupar. As guerrilhas não eram novidades na América Latina.”* (SKIDMORE, 2004: 171)

As principais organizações armadas surgiram após rachas ideológicos sobre o encaminhamento da militância contra o regime. Entre as organizações de maior visibilidade na política nacional a grande maioria teve um genitor em comum, que foi Partido Comunista, onde alguns membros descontentes com o plano de Carlos Prestes de uma união entre camponeses e burguesia para construção de um projeto revolucionário. Nesse processo de militância armada destacamos dois grupos com maior participação nesse tipo de enfrentamento contra o regime, a Ação Libertadora



Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), isso também se comprova no estado de Pernambuco onde através do livro *Brasil Nunca Mais*, extraímos dados que relatam que durante os anos de 1970 e 1972 essas duas organizações juntas são responsáveis por 9 processos instaurados pelos órgãos repressores².

Essas organizações produziram uma vasta documentação, tanto sobre suas ações como propagandas da sua ideologia política, entre esses documentos há também aqueles destinados a ditar as normas para seus membros, é nessa espécie de documentos que podemos elaborar uma relação da mentalidade panóptica sobre a vigilância do governo. Em um documento intitulado “*Normas de Segurança*”³, sem autoria nem data, fato esse comum em documentos da clandestinidade pois caso caísse nas mãos da repressão evitava uma imediata identificação dos seus criadores, podemos observar a importância dada sobre esse aspecto nessas organizações.

(...) 1-a segurança é pontualidade – na medida em que os atrasos e os furos expõem outros companheiros e a estrutura da O. para conseqüências imprevisíveis. 2-a segurança é vigilância na medida em que temos de nos preceder a ação do inimigo. 3-a segurança é a discrição – porque esta é que mantém nossa condição de peixe n’água, uma base de nossas atividades clandestina. (...) (SSP/DOPS-PE/APEJE. Prontuário: 26938).

Sobre a mentalidade panóptica, de um sentimento de estar sempre vigiado podemos ver no seguinte trecho do mesmo documento, que diz respeito ao comportamento do militante em um encontro.

“(...) 1-o encontro deve se dar discretamente e com naturalidade, isto é sem espalhafato e sem ar conspirativo. (...)”(SSP/DOPS-PE/APEJE. Prontuário: 26938).

Além do medo outro sentimento que esse estado de vigilância desperta nas pessoas que faziam parte da esquerda armada, era a desconfiança como se pode ver no trecho do próximo documento intitulado “Estatuto do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário” que trata do cuidado ao aceitar novos membros na organização, pelo medo de serem agentes da repressão disfarçados.

“(...) A entrada de novo militante só deve ser feita depois de estudada sua vida pelos militantes da base. (...)”(SSP/DOPS-PE/APEJE. Prontuário: 6167).

² Conferir: BRASIL: NUNCA MAIS. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986. Pág. 114 a 116.

³ Os documentos trabalhado nesse texto estão localizados no acervo do DOPS-PE no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).



Nesse sentido de presenciar uma mentalidade panóptica através de documentos da esquerda armada, podemos concluir que a máquina da repressão conseguiu atingir um dos seus objetivos, que era por o medo na cabeça daqueles que decidiam ir contra sua política autoritária, o medo de ser denunciado por qualquer pessoa que dele desconfiasse, chegando a cair nas mãos dos militares, esses que em suas punições aos “criminosos” ultrapassavam a barreira do direito civil e humano, assim temos na palavra “MEDO” o sentimento que o governo militar deseja espalhar pela sociedade, afim de ter um povo fácil de controlar.

Referências

BRASIL: NUNCA MAIS. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

FOUCAULT, Michel. “*Vigiar e punir*”. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª. edição. São Paulo: Contexto, 2006.

HOBSBAWM, Eric. “*Era dos extremos – O breve século XX (1914 – 1991)*”. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Marcília Gama. “*Informação, Repressão e Memória: A construção do Estado de exceção no Brasil*”. (Tese de Doutorado). Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SKIDMORE, Thomas. “*Brasil: De Castelo a Tancredo*”. 8ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.